

## A DINÂMICA URBANA: UMA LEITURA DA CIDADE E DA QUALIDADE DE VIDA NO URBANO

**Kátia Maria Santos de Andrade Pizzol**

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/ UFPB.  
Arquiteta e Urbanista da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado da Paraíba.  
[katiaseplag@pb.gov.br](mailto:katiaseplag@pb.gov.br)

### RESUMO

*A qualidade do ambiente urbano está relacionada aos aspectos físicos, psicológicos e visuais da paisagem. Sendo assim, é fundamental para a cidade a presença de espaços livres contendo áreas verdes, pois a vegetação está intrinsecamente relacionada à melhoria e manutenção da qualidade ambiental urbana. Assim, o objetivo desse estudo é levantar junto à população de uma área urbana, do setor sul-sudeste da cidade de João Pessoa, quais suas expectativas de qualidade de vida dentro do urbano.*

**Palavras - chave:** qualidade de vida, dinâmica urbana e espaços livres.

## THE URBAN DYNAMICS: A READING OF THE CITY AND THE LIFE QUALITY IN THE URBAN

### ABSTRACT

*The quality of the urban environment is related to the physical, psychological and visual aspects of the landscape. Therefore, the presence of free spaces contending green areas is fundamental for the city because the vegetation is deeply to the improvement and maintenance of the urban ambient quality. Thus, the objective of this study is to survey the life quality expectations of an urban area population, of the south-Southeast sector of the city of João Pessoa*

**Key-words:** life quality, urban dynamics and free spaces.

---

## INTRODUÇÃO

Os problemas que as cidades enfrentam a partir de um determinado estágio de crescimento são bem conhecidos, como o déficit habitacional, a poluição do ar, das águas e visual, carência de infra-estrutura básica, dificuldades de locomoção, e conseqüentemente, diminuição da qualidade de vida dos os habitantes. Assim, crescem com as cidades os problemas sócio-econômicos e o desequilíbrio ambiental.

No Brasil o percentual de urbanização é de 81,2% (IBGE, 2000). Isto significa que, para a maioria dos habitantes do nosso país, e de outros com altas taxas de urbanização, o meio ambiente natural foi substituído por espaços urbanos.

“O capitalismo em versão brasileira (desenvolvimentismo) gerou uma quantidade incalculável de problemas para as cidades” (SANTOS, 1983, p.39). Trouxe multidões de migrantes demandando habitação, infra-estrutura, serviços e empregos e, conseqüentemente, estas demandas recaíram sobre o poder local, que, na maioria das vezes, não pode atender a todas no tempo necessário. Desse modo, nas cidades brasileiras é impossível discutir a sustentabilidade urbana sem minimizar os níveis de pobreza, universalizar os serviços de infra-estrutura, saúde e educação,

reduzir o uso ilegal do solo (ocupação de áreas de risco) e a violência urbana, bem como, combater a poluição e degradação ambiental, recuperar, proteger e conservar o patrimônio histórico e ambiental. Evidentemente, tais soluções dependem de adequação do atual modelo econômico, de forma a assegurar os recursos financeiros necessários.

A sustentabilidade das cidades vai depender, segundo Buarque (1994), da nossa capacidade de reorganizar os nossos espaços, gerir novas formas de desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida e superar as desigualdades sócio-econômicas, como condição para o crescimento econômico. A cidade sustentável é uma construção coletiva.

Do ponto de vista do homem, uma sociedade é sustentável quando é capaz de satisfazer às necessidades do ser humano, sem comprometer as perspectivas das gerações futuras. A sustentabilidade enfatiza a durabilidade e a permanência, um futuro garantido para um número razoável de seres humanos (CALLENBACH, 2001).

### **Os espaços livres e áreas verdes**

Como o mundo urbano não é homogêneo, há uma multiplicidade de atos, modos de vida, de relações e, também, as diferenças entre cidades (CARLOS, 1992). E nesse espaço, que constituem a paisagem urbana, surgem elementos que dão forma, relevo, características, são espaços de vida, seja ela pública ou privada. “Principalmente porque o espaço não é só cavidade vazia ‘negação de solidez’: é vivo e positivo. Não é apenas um fato visível: é, em todos os sentidos, e sobretudo num sentido humano e integrado uma realidade vivida” (ZEVI, 1978, p.145).

O espaço urbano, sob seu aspecto físico, é geralmente considerado como um conjunto composto de espaços edificados, com áreas ocupadas predominantemente por edificações, e de espaços livres, ambos resultantes das ações humanas institucionalizadas ou não (SÁ CARNEIRO & MESQUITA; 2000).

Assim, espaços livres e áreas verdes podem exercer um importante papel na identidade dos lugares, muitas vezes ressaltando as características físicas do sítio, ou atuando como limites de áreas urbanizadas.

Tem sido muito comum a não distinção entre os termos espaços livres e áreas verdes e também se associa a essas áreas, o uso exclusivo e imediato para o lazer. Mas Bartalini (1986) considera que os espaços livres e as áreas verdes desempenham no urbano três funções, que podem ser agrupados em três conjuntos: visuais ou paisagísticos, recreativos (sociais) e ambientais, sendo ideal que estas funções estejam interligadas.

### **A dinâmica urbana versus qualidade de vida**

A urbanização é a relação entre sociedade e espaço, “é função da organização específica dos modos de produção, que coexistem historicamente numa formação social concreta” (CASTELLS, 2000, p.111). Assim, sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, corresponderá um estágio do desenvolvimento da produção espacial (CARLOS, 1992). O espaço urbano, deste modo, é estruturado, não é organizado ao acaso, responde então à projeção da sociedade que nele vive. Assim, as formas espaciais serão produzidas pela ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento específico, e da maior ou menor participação da população nas decisões (SALDANHA, 1993).

“Se o espaço é indispensável ao exercício do mando, é bom lembrar que é também suporte necessário e suficiente para que surjam disputas pelo poder” (SANTOS, 1988, p.24). Assim, a análise do processo de urbanização envolve o entendimento das desigualdades sociais presentes neste espaço, através das formas de apropriação, expressas no parcelamento do solo e nas formas de uso.

Existe também conexão entre poder e administração dos espaços, então é evidente que “o

organizar-se”, desde as primeiras experiências grupais do ser humano, foi sempre, em parte ao menos, um problema de distinguir lugares, valorizando uns e abandonando outros, e de construir espaços, demarcando porções do território e amontoando pedras com fim simbólico ou utilitário (SALDANHA, 1993).

Desde o final do século XVIII até o início do século XX, os novos problemas sociais, econômicos e políticos, que começavam a surgir na sociedade, então em plena transformação, favoreceram o nascimento de uma reflexão crítica sobre esses diversos procedimentos e suscitaram uma série de teorias sociais e utopias. Liderado principalmente por pensadores franceses como Fourier, Godin, Prodhon e Saint-Simon, e pelos pensadores ingleses Robert Owen, James Buckingham e Ebenezer Howard, que, preocupados em denunciar a pobreza, as condições de saúde pública, e as agitações sociais existentes, se propuseram a reformar suas idéias econômico-sociais, com propostas que incluíam a materialização de espaços físicos mais adequados (SILVEIRA & VASCONCELLOS, 1984).

O termo urbanismo, de origem latina, foi pela primeira vez utilizado pelo engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá em sua “Teoria Geral da Urbanização” de 1867, significando uma matéria nova, intacta e virgem, que iria adquirir status de verdadeira ciência (op. cit., 1984, p.64).

No século XIX, a intensificação do processo de urbanização das cidades e o aparecimento das grandes aglomerações urbanas, tanto na Europa como na América do Norte, deu início aos processos de remodelação dos centros urbanos. O grande exemplo desse período foi a urbanização da cidade de Paris, por Haussman, e tinha como objetivo a higienização, o saneamento, a garantia de ar e sol às habitações e a melhoria da acessibilidade aos diversos setores da cidade (KLIASS, 2004).

No século XX, com o fim da 2ª Guerra Mundial, as cidades passavam por um novo modelo de urbanização, através da adoção das recomendações da Carta de Atenas e das experiências francesas, inglesas e de Brasília. O que marcaram estas intervenções foram a ênfase nos sistemas viários, a despersonalização do espaço, a massificação dos sistemas habitacionais, as dificuldades na mobilidade dos cidadãos e o descaso ao patrimônio natural e cultural das cidades e do seu entorno. Posteriormente, assistimos a intensa urbanização, através da fuga do campo para a cidade, das habitações abaixo do padrão normal de moradia, deficiência do transporte público, falta de saneamento, educação, saúde e também descaso com a questão ambiental (SILVEIRA & VASCONCELLOS, 1984).

A partir de 1960, houve a preocupação com a relevância das questões ambientais no planejamento geral e no urbano, objetivando assim a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população. Hoje, o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito, não apenas porque nele habita, mas porque é resultado da sua produção (CARLOS, 1992). Sendo assim, deve haver sempre, a participação do cidadão no destino que é dado aos recursos naturais a sua volta, e sua conscientização que estes recursos fazem parte de sua existência e de seus projetos de vida.

Nesse contexto, a cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. E sua estrutura é marcada por uma área central, área mais dinâmica, onde estão o comércio e os lugares de trabalho mais significativos, concentra-se o maior movimento e acontecem as coisas mais importantes. À medida que as cidades crescem vão se formando sub-centros, centros secundários e centros de bairros. “Desde que surgiram as primeiras cidades do mundo, o centro está associado às noções de cruzamento de ruas, praças e mercados” (SANTOS, 1988, p.52). E, assim, as praças, que muitas vezes, inicialmente largos resultantes da própria estrutura urbana, “em todos os quadrantes e em todos os âmbitos culturais, ligam-se a diversas finalidades, sejam econômicas, religiosa, militar ou social, inserindo nela, além da dimensão espacial, um significado social correlato ao próprio espírito da cidade onde se insere” (SALDANHA, 1993, p.45).

Segundo Sá Carneiro & Mesquita (2000), na Europa, principalmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a recente intensificação dos debates em torno da importância dos espaços livres,

ressalta de um reconhecimento da necessidade desses espaços, em quantidade e qualidade, nos centros urbanos. No Brasil, com a intensa urbanização e uma grande concentração populacional nestas áreas (81,2 % da população, segundo o IBGE), existe também a preocupação cada vez maior com a melhoria da qualidade de vida nas cidades e, conseqüentemente, com a estruturação dos espaços livres no contexto urbano.

Em relação ao conceito de qualidade de vida, Dalkey (1972 apud VARGAS 2001, p.16), baseia seu conceito de qualidade de vida em aspectos, tais como felicidade e bem-estar. Segundo Dalkey (op. cit.), o conceito de qualidade de vida seria mais coerente se fossem considerados fatores com real significado para o indivíduo e não fatores definidos como sendo socialmente bons.

Left (2000), diz que a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente e depende dele para se chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, através da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica do habitat. A qualidade de vida, também, estaria associada com as formas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização. Ainda, segundo o autor, o conceito de qualidade de vida, estaria mobilizando a sociedade, para promover novos direitos dos trabalhadores e da cidadania em geral, em torno da saúde reprodutiva e de uma vida sadia e produtiva da população.

Comune & Campino (1980), acrescentam, que a qualidade de vida estaria relacionada, além da quantidade de necessidades atendidas, pela qualidade do atendimento. Consideram que as pessoas devem ser atendidas com infra-estrutura, serviços de saúde, recreação e lazer, estabelecimentos comerciais e bancários e, áreas verdes. O bem estar dos indivíduos estaria relacionado à qualidade do meio físico e social.

*Nesse sentido, o conceito de qualidade ambiental urbana (ou de vida urbana) vai além dos conceitos de salubridade, saúde, segurança, bem como das características morfológicas do sítio ou desenho urbano. Incorpora, também, os conceitos de funcionamento da cidade fazendo referência ao desempenho das diversas atividades urbanas e as possibilidades de atendimento aos anseios dos indivíduos que a procuram (VARGAS, 2001, p. 17).*

Devem ser considerados, segundo Vargas (2001), um somatório de fatores que interferem na maneira como se define a qualidade ambiental urbana, assim ela aborda 4 (quatro) aspectos: espaciais, biológicos, sociais e econômicos. Em relação aos aspectos espaciais, nosso objeto de interesse, ela considera o bem-estar, relacionado à vegetação, aos espaços livres e à tranquilidade, e em relação à acessibilidade, considera o sistema viário e transporte.

Dentro desse contexto, Wilhelm (2003, p.149) define qualidade de vida (QV) como “a sensação de bem estar dos indivíduos. Esta sensação depende de fatores objetivos e externos, assim como de fatores subjetivos e internos”, e estas sensações e percepções revelam formas e carências na acessibilidade urbana e aos equipamentos públicos, sendo papel do urbanismo avaliar criticamente a realidade deste espaço e propor instrumentos e estratégias de adequação.

#### **A área de estudo**

Dentro do processo de estruturação e evolução do crescimento da malha urbana de João Pessoa, a área de estudo, formada pelos bairros de Água Fria (1), Anatólia (3), Jardim São Paulo (2) e Jardim Cidade Universitária (4), começou a estruturar-se nos anos de 1980, acompanhando um processo de crescimento da cidade, agora no sentido sul-sudeste.

Os quatro bairros concentram uma população total de 17.846 habitantes e, desse total, verifica-se que 3,07% estão na faixa de 65 anos ou mais, 30,62% são adultos, na faixa de 35 a 64 anos, 38,6% são jovens, entre 16 a 34 anos, e 27,7% são crianças e adolescentes na faixa de 0 a 15 anos (IBGE, 2000).

Nesse setor sul-sudeste, foi implementada infra-estrutura urbana básica, cujo processo resultou na implantação dos núcleos habitacionais dos Bancários e Anatólia, localizados em torno do

*campus* da Universidade Federal da Paraíba. Posteriormente surgiram os bairros Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo e Água Fria, resultantes de loteamentos adjacentes a estes dois núcleos iniciais.

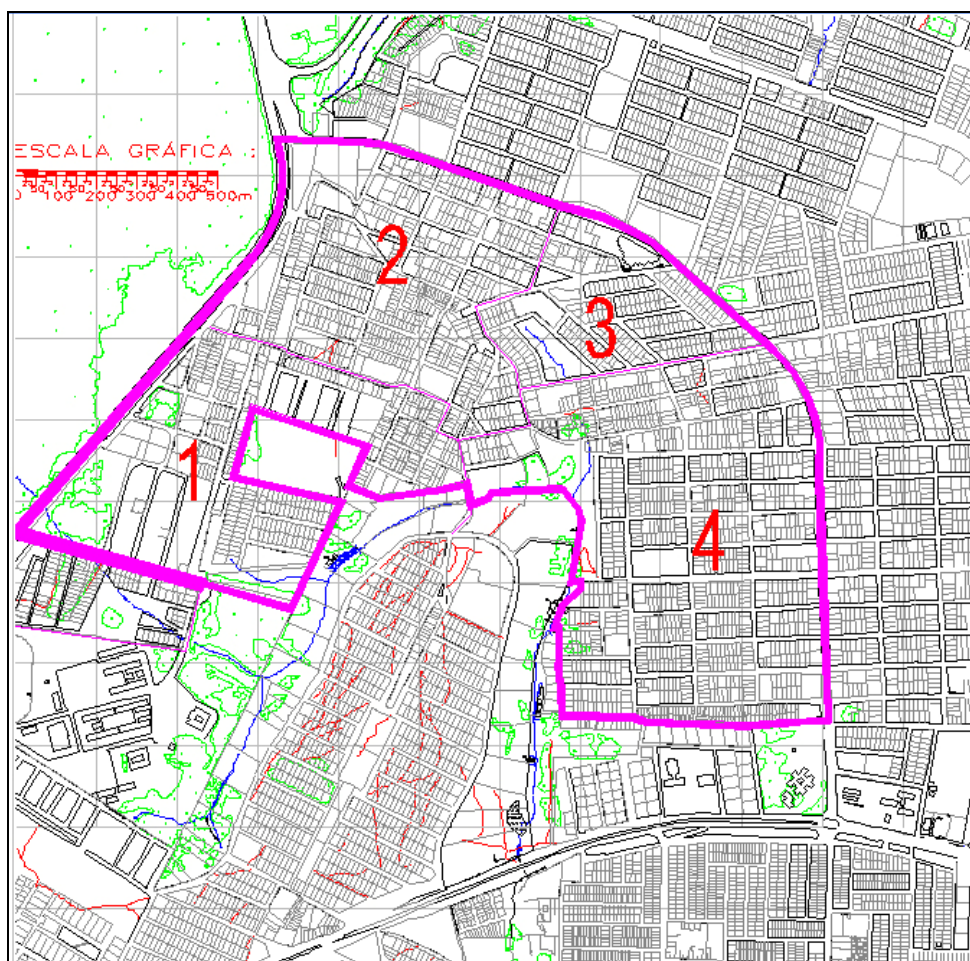


Figura 1 - Área de estudo, em Dez/2004

Atualmente, estes bairros dispõem de um amplo comércio e serviços, capaz de atrair outros investimentos capitalistas e, representa a segunda área de maior dinâmica imobiliária na cidade, apresentando uma velocidade de ocupação e uma intensidade de especulação imobiliária menor apenas, que os bairros da orla marítima.

#### **O usuário e sua leitura de qualidade de vida**

Segundo Linch (1997, p.140) “nossa imagem ambiental ainda é uma parte fundamental de nosso instrumental de vida”, e essas imagens influenciam nossa percepção do ambiente cotidiano. Assim, a partir de um estudo de como o usuário visualiza o espaço onde vive e se relaciona, podemos formar um desenho de suas principais necessidades, objetivando a melhoria de sua

qualidade de vida dentro do seu bairro.

Em relação às alternativas de qualidade de vida, nos bairros estudados, considerando-se apenas os aspectos espaciais, os moradores através de questionários aplicados<sup>1</sup>, manifestaram as seguintes aspirações:

Alternativas de acesso e melhoria da qualidade de vida	Percentual (%)
Criação de praças com arborização, bancos e manutenção	38
Um parque - lazer e descanso	25
Área de lazer acessível a todos os moradores (idosos, jovens, adultos)	23
Área de encontros e caminhadas arborizadas	18
A verticalização do bairro aumenta a necessidade de espaços livres e áreas verdes	16
Ruas calçadas e passeios padronizados e adequados a mobilidade de todos	16
Shopping com cinema e mais atividades	16
Clubes com piscinas	16
Investimentos em infra-estrutura urbana, evidenciando-se saneamento e pavimentação	10
Espaços com atividades esportivas quadras e campos de futebol	9
Local para andar de bicicleta e skate	8
Transporte coletivo nas áreas mais distantes como o trecho do bairro de Água Fria, que quando chove, algumas linhas deixam de circular	3

Fonte: pesquisa de campo, 2004.

Assim, observa-se que a qualidade de vida, para estes cidadãos, está relacionada ao uso de espaços livres que proporcionem saúde, equilíbrio psicológico, socialização, bem-estar, lazer e serviços básicos, dentro do urbano. Dentro desse contexto, WILHEIM (2003) afirma que para garantir qualidade de vida é necessário que haja condições para recuperação física (esportes, repouso, cuidados médicos, interrupção de atividades motoras desgastantes), assim como condições para a recuperação intrapsíquica (recolhimento, silêncio).

## CONCLUSÕES

Assim, com o crescimento urbano desenfreado e a inexistência de um modelo de distribuição de renda mais justa, crescem os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais, ocasionando uma queda acentuada na qualidade de vida, degradação ambiental acelerada e riscos de governabilidade. Fica evidente a necessidade de se formular políticas públicas de desenvolvimento, que assegurem a permanência e a continuidade dos avanços tecnológicos e da estrutura econômica, mas que evitem as agressões às condições ambientais, que ocasionam o comprometimento da vida de todas as espécies, dos recursos naturais e da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, considerando-se o conceito de qualidade de vida de Vargas e Wilhelm, verificamos que o significado da qualidade de vida urbana tem atores, interesses, percepções diversificadas, mas está relacionada ao ambiente físico, seja ele natural ou construído.

## REFERÊNCIAS

- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. In: **Paisagem Ambiente Ensaio**. São Paulo n.1. p 49-54, set. 1986.
- BUARQUE; S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**. IICA. Recife, 1994.
- CALLENBACH, E. **Ecologia: Um guia de bolso**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2001.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.(Coleção repensando a geografia).

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
- COMUNE, A.; CAMPINO, A. C. **Indicadores de Qualidade de Vida Urbana**. São Paulo: Usp-Fipe, 1980, n 8.
- DALKEY, N.C. **Quality of Life**. Santa Monica: The Rond Corporation, 1972
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. João Pessoa, 2000. Disponível em: <[http://www. ibge. gov.br](http://www.ibge.gov.br) >. Acesso em: 18 set.2004.
- KLIASS, R.G. **Qualidade Ambiental Urbana. 2004**. Apostila
- LEFT, H. **Saber Ambiental**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- LYNCH, K. **A imagem da Cidade**. Tradução Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- SALDANHA, N. **O Jardim e a Praça: privado e público na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SANTOS, C. N. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Fluminense: EDUF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, C. N. Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e tão altaneira? In: **Revista Projeto**, São Paulo, n.53, p36-42, julho, 1983.
- SILVEIRA, I.M.; VASCONCELLOS, V. M. N. Repensando o Urbanismo. In: TURKIENNICK, B. (Org.). **Desenho Urbano I**. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. São Paulo: Projetos Editores Associados, 1984. p. 63-76.(Cadernos Brasileiros de Arquitetura).
- VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. (Org.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- WILHEIM, J. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- ZEVI, B. **Saber ver a Arquitetura**. Tradução Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1978.